



Câmara dos Deputados
Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

REQUERIMENTO Nº 12005

(Da Sra. Maria Helena)

Solicita que sejam convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA, do Comitê de Doadores do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais e do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, para participarem de reunião de Audiência Pública neste Órgão, em data a ser agendada, com o objetivo de expor e debater a implantação e os resultados do Programa.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 24, III, c/c 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne tomar as providências necessárias para que sejam convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA, do Comitê de Doadores do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais e do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, para participarem de reunião de Audiência Pública neste Órgão, em data a ser agendada, com o objetivo de expor e debater a implantação e os resultados daquele Programa.

JUSTIFICATIVA

Desde o início de sua implantação, há cerca de 13 anos, o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil tem realizado um grande número de experimentos relativos aos biomas florestais amazônico e atlântico, constituindo-se desse modo em uma das principais ações do governo



E1F0125824



Câmara dos Deputados
Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

em interlocução direta com a sociedade, a partir de doações recebidas de outros países e de contrapartidas nacionais.

Em torno dessas experiências também surgiram muitas expectativas, o que sugere a necessidade de exposição e discussão dos vários projetos em termos de resultados. O volume dos recursos já aplicados, o tempo decorrido e a diversidade das ações implementadas dão razão a que os diversos segmentos sociais se interessem pelo “estado da arte” do Programa, o que implica em conhecimento e discussão dos seus relatórios de avaliação.

À Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional cabe, prioritariamente, por suas atribuições regimentais e pela importância do tema que em vistas das mudanças climáticas cada vez ganha mais relevo na sociedade, conhecer e acompanhar em profundidade o andamento do Programa, seus impactos e as perspectivas que aponta no sentido de uma gestão mais eficiente do patrimônio florestal brasileiro.

Isto posto, entendemos ser de grande significado para esta Comissão debater os termos atuais do Programa com representantes do Governo Federal, do grupo de países doadores e da sociedade civil, com ênfase nos resultados alcançados, de modo a afirmar pontos de vista e subsidiar a ação parlamentar dos seus membros que poderão apropriar novos conhecimentos e atuar mais firmemente em defesa de nossas florestas.

Sala da Comissão, 17 de outubro de 2005.

Deputada MARIA HELENA - PSB/RR



E1F0125824